



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

EDITAL COMPLETO PARA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0013/2022 - PMRA

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Munaretto, comunica aos interessados que fará realizar **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0107/2022 NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0013/2022 - PMRA**, visando à contratação do objeto abaixo indicado.

O Credenciamento do representante e a entrega dos envelopes da Documentação de habilitação e a Proposta de Preços será no departamento de Licitações do Município, até o dia 08/12/2022, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas efetivação do credenciamento com entrega dos envelopes da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, com início da sessão previsto para as 09h30min. do mesmo dia.

Em atendimento a Lei 8.666/93, Art 22, §2º, para participação no presente processo as empresas deverão estar com seu CRC (Certificado de Registro Cadastral no Município) **ATUALIZADO**, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

Para melhor entendimento, o presente processo terá 2 (duas) etapas essenciais, sendo elas:

1º Etapa Credenciamento fora dos envelopes:

- a) Credenciamento do representante da empresa contrato social ou procuração;
- b) Documento com foto;
- c) **Apresentação do CRC - Certificado de Registro Cadastral, junto ao Município de Rio das Antas/SC;**
- d) Se optante da Lei complementar 123, apresentar documento hábil.

2º Etapa Envelopes:

- a) Apresentação do envelope da documentação de Habilitação;
- b) Apresentação do envelopes da Proposta de Preços.

1- DO OBJETO:

1.1 - Contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO DE ETE-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2 - Será de responsabilidade da licitante vencedora as custas com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's), exigidos para a execução dos serviços referente à obra, bem como as ART's ou RRT's Complementares, caso seja necessário.

1.3 - A licitante vencedora será responsável pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados.

1.4 - A presença da fiscalização na obra não diminuirá a responsabilidade da contratada em quaisquer ocorrências, atos, erros ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a ele relacionados.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

1.5 - O Proponente deverá as suas custas, mediante acompanhamento de servidor público (Engenheiro - Gustavo Olinquevicz, matrícula nº 6201), vistoriar o local da obra. O servidor emitirá o atestado podendo utilizar como modelo o atestado de visita do anexo III-A o qual deverá obrigatoriamente ser anexado na documentação de habilitação, sob pena de desclassificação em caso de não apresentação.

1.5.1 - A VISTORIA DEVERÁ SER REALIZADA ATÉ AS 12:00 HORAS DO DIA ANTERIOR A DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, MEDIANTE AGENDAMENTO, (Fone para agendamento (49) 3564-0731 - Ramal 27, com Gustavo).

1.5.2 - O atestado poderá ser substituído por **DECLARAÇÃO** de que possui pleno conhecimento do local onde será executada a obra, devendo para tanto utilizar como modelo da declaração, anexo III-B. Neste caso a declaração deverá estar com FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO OU ASSINADA DIGITALMENTE ou ainda, assinado pelo representante da empresa na presença do Presidente da Comissão.

2 - DO CREDENCIAMENTO E DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA NA LICITAÇÃO

2.1 - Para efeito de credenciamento na presente licitação deverão ser apresentados os seguintes documentos:

A] No caso do representante ser Sócio-Gerente, diretor, Titular da empresa ou outra denominação o mesmo deverá apresentar o contrato social **ou** alteração contratual, **ou**

A.1] Se Procurador, o seu credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de PROCURAÇÃO **ou** TERMO DE CREDENCIAMENTO, sendo que deverá ser assinado pelo representante legal da empresa.

B] - **Cópia do RG** (Registro Geral) ou outro documento com foto.

C] - **CÓPIA DO CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**. Na falta deste o Presidente consultará a base de dados do Município e certificará a efetivação do cadastro ou não, constando em ata. O certificado deverá estar dentro do período de vigência, ver item 3.3.

D] - *Se optante da Lei complementar 123, apresentar documento hábil.*

2.2 - Os documentos de **credenciamento** deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.3 - A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se nas sessões contra as decisões tomadas pela Comissão de Licitações, bem como para sanar dúvidas existentes.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderá participar deste certame qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.2 - O interessado em participar da presente licitação, deverá estar cadastrado junto ao Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

3.3 - O interessado que **não estiver cadastrado ou deseje atualizar o mesmo**, para participar da presente licitação, deverá requerer seu cadastramento ou atualização na Prefeitura Municipal, no Departamento de Licitações, **conforme Lei 8.666/93, Art. 22, § 2º. Não sendo necessário anexar o certificado na documentação ou na proposta de preço, o mesmo NÃO será utilizado para habilitação no presente processo. O proponente deverá apresentá-lo no seu credenciamento. Se por algum motivo o proponente estiver cadastrado e não estiver com o certificado, o presidente consultará a base de dados e verificará se o mesmo está cadastrado ou não, consoante em ata, o certificado deverá estar dentro do período de validade.**

4 - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1 - Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das seguintes classificações orçamentárias:

Código Dotação	- Descrição
Referência	322
Elemento	344905191

5 - DA **DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA** PARA HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 - No envelope da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** deverá conter obrigatoriamente os seguintes documentos:

A) **Contrato social** ou a última alteração contratual ou consolidado, dentro das normas legais, com objeto social compatível com o objeto licitado, destacando o nome do responsável pela empresa e o nº CPF. Quando apresentado no credenciamento, aqui fica dispensado;

B) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**;

C) Comprovante de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005);

D) Certidão Negativa da **Fazenda Estadual**;

E) Certidão Negativa da **Fazenda Municipal** do domicílio do proponente;

F) Certidão de Regularidade do **FGTS-CRF**;

G) Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas**;

H) Certidão Negativa de **Falência, Concordata e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica expedida pelos **sistema SAJ e EPROC. verificar a obs.02;**

I) **ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** da empresa, vigente;

J) **Certidão Atualizada de Registro ou INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA expedida pelo CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), dentro do prazo de validade, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado de Santa Catarina, na ocasião da assinatura do contrato, deverão receber o visto do CREA/SC ou CAU/SC, com a indicação dos responsáveis técnicos.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

K) Prova de possuir, em seu quadro permanente, quadro societário ou mediante contrato de prestação de serviço, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior com registro no CREA ou CAU, o qual será o Responsável Técnico pela execução da Obra. O vínculo do profissional com a empresa deverá ser comprovado por:

- Cópia autenticada de Carteira de Trabalho e cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa, caso o profissional apresentado como responsável técnico faça parte do quadro permanente da empresa, ou;
- Contrato Social ou alteração contratual, caso o sócio seja também o profissional apresentado como responsável técnico da empresa, ou;
- Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a empresa e o profissional apresentado como responsável técnico.

L) - Atestados de Capacidade Técnica, no mínimo 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já executou obra com objeto semelhante* ou idêntico, e demais dados que entender seja necessários, e ainda, **deverá obrigatoriamente anexar ao respectivo atestado, Certidão de Acervo Técnico - CAT da obra executada**".

***Semelhante:** Se houver dúvida quanto a descrição se é semelhante ou não, a comissão de licitação poderá solicitar apoio da equipe técnica da Secretaria de Planejamento, no ato ou pós licitação, neste caso a deliberação quanto a habilitação será posterior, somente para esta situação.

M) - ATESTADO DE VISITA, fornecido pelo Município ou declaração com firma reconhecida (em cartório) do declarante ou assinado digitalmente ou ainda, poderá ser assinado na presença do Presidente da Comissão, conforme modelo Anexo III-"A" ou Anexo III-"B".

N) - Declarações (pode ser em uma única folha ou individualizadas), declarando o que segue:

- CONHECIMENTO DO EDITAL:** Tomei conhecimento de todas as cláusulas e condições do presente Edital.
- CUMPRIMENTO COM A ENTREGA:** Posso empresa especializada para a execução do Objeto e entregarei o objeto licitado dentro das normas vigente no país em que apresentei proposta (se vencedor).
- FATOS IMPEDITIVOS:** NÃO possuo fatos impeditivos para contratar com a Administração Pública.
- NEPOTISMO:** Nenhum dos sócios administradores ocupam cargo político.
- MENOR:** Declaro que a minha empresa cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade).

OBS.1: **Não será aceito declaração unificadas, solicitadas por outros Municípios** (restringam-se a nossa solicitação). Se presente, o declarante por algum motivo não assinou a declaração, poderá fazê-lo no ato da sessão.

Obs.02: **A CERTIDÃO "FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL" deverá ser apresentada tanto no sistema SAJ quanto do EPROC. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, com o título (CERTIDÃO "FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL"). A certidão do sistema EPROC poderá ser acessada pelo site <https://certeproclg.tjsc.jus.br>. Para Municípios que o Estado não utiliza a do sistema eproc a mesma fica dispensada. Somente será aceito documento substituto, se devidamente comprovado possuir o mesmo efeito (o qual será submetido à Assessoria Jurídica).**



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

OBS.3: A não apresentação dos documentos relacionados da letra "A a N" o proponente poderá ser inabilitado. Exceto letra "A" se apresentado no credenciamento ou outra situação considerada pelo Presidente da comissão mera formalidade.

OBS.4: A apresentação de declarações falsas ou enganosas será considerada crime, **(constitui crime a falsificação de documento público** (art. 297 do CP): Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa).

Obs.5: Não será admitida em hipótese alguma a inclusão de qualquer documento durante a sessão pública.

Obs.6: Serão aceitas certidões positivas, quando tiverem efeito de negativa.

Obs.7: No caso de apresentação de documentos e/ou certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o **prazo máximo de 90 (noventa) dias** a partir da data de emissão dos mesmos;

5.2 - Todas as certidões e/ou documentos exigidos nos envelopes documentação e proposta, deverão estar válidos na data prevista para a entrega dos mesmos. Todos os documentos poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO**. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, pós licitação, se comprovado alguma irregularidade, o proponente responderá pelo ato.

5.3 - A documentação apresentada de maneira deficiente ou em desacordo com as exigências deste Edital inabilitará o licitante e não será devolvida, dúvidas poderão ser sanadas pelo fone (49) 3564-0125 - Ramal 202 Ademir.

5.4 - Transcorrida a fase de habilitação dos proponentes, a proposta entregue é irretratável e irrenunciável.

5.5 - A condição de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte para as empresas que optarem em usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como para efeito do tratamento diferenciado previsto na mesma, deverá ser comprovada mediante apresentação da documentação abaixo, **QUE DEVERÁ SER APRESENTADO NO ATO DO CREDENCIAMENTO**, mas se por algum motivo estiver dentro de um dos envelopes também será aceito.

5.5.1 - Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, **ou**;

5.5.2 - Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, **ou**;

5.5.3 - Microempreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Microempreendedor Individual ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

5.6 - Os documentos exigidos nos subitens 5.5.1, 5.5.2 e 5.5.3 deverão estar atualizados, ou seja, emitidos a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

5.7 - As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.2 do presente Edital.

5.7.1 - Entende-se por restrição as certidões negativas ou positivas, vencidas, ou documento que comprove que a empresa acessou o sistema para emissão da CND e por algum motivo não foi possível sua emissão. Preferencialmente deverá ser apresentado a certidão vencida ou positiva.

5.8 - No envelope da PROPOSTA DE PREÇO deverá conter obrigatoriamente:

5.8.1 - A proposta (Conforme modelo) em uma via, original, sem rasuras, emendas ou borrão, anexando na mesma **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (DA PRÓPRIA EMPRESA)**, devidamente assinada e rubricada, pelo responsável da empresa, com todas as colunas devidamente preenchidas, inclusive com a totalização do material, da mão de obra e valor global da proposta.

5.8.2 - O VALOR TOTAL DA OBRA apresentado pelas proponentes na planilha não poderão estar acima do valor apresentado pelo Município, sob pena de desclassificação. A planilha será submetida a análise da engenharia do Município, constatado divergência com relação ao valor da proposta o proponente será convocado para adequação.

5.8.3 - As empresas deverão usar os preços (unitários e totais) apresentados pelo Município como limites máximos para suas propostas, sendo admitidas apenas **02 (duas) CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA**. Caso os proponentes apresentem valores com 03 (três) ou mais casas decimais após a vírgula, a Comissão considerará apenas as 02 (duas) primeiras na proposta de preço, exceto na planilha orçamentária.

5.9 - O VALOR TOTAL MÁXIMO estipulado para a obra será de R\$ 235.633,00. (Duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais).

5.10 - O preço total deverá ser cotados em moeda nacional.

5.11 - No caso de divergência entre o preço total e o preço unitário apresentado, prevalecerá aquele que representar o menor desembolso para o Município.

5.12 - Transcorrida a fase de habilitação dos proponentes, a proposta entregue é irretratável e irrenunciável.

5.13 - Será desclassificada a proposta desconforme com as diretrizes e especificações prescritas neste Edital, ou cujos preços sejam superiores ao limite estabelecido ou manifestamente inexequíveis.

5.14 - A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO:

6.1 - O credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser entregues em envelopes separados, fechados e lacrados, contendo a identificação clara e visível da razão social do proponente, e como sugestão os seguintes dizeres externos:

ENVELOPE Nº 01: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0013/2022 - PMRA

PROPONENTE: "Nome da empresa"

ENVELOPE Nº 02: PROPOSTA DE PREÇO

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0013/2022 - PMRA

PROPONENTE: "Nome da empresa"

6.2 - Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

6.3 - Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de conferência de amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e para desistência de recursos.

6.4 - A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se, na sessão, contra as decisões tomadas pela comissão de licitações.

6.5 - A Comissão se reunirá em sala própria, e através de seu presidente iniciará os trabalhos.

6.6 - No prazo e hora definido neste Edital, a Comissão encarregada da licitação na presença ou não dos representantes das empresas, procederá como indicado a seguir.

6.7 - Na presença dos licitantes ou seus representantes legais que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a comissão permanente de licitações, iniciará os trabalhos examinando os envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos seus membros e pelos representantes dos licitantes presentes, procedendo-se, a seguir, à abertura do envelope DOCUMENTAÇÃO.

6.8 - Os documentos contidos no envelope 01 serão examinados e rubricados pelos membros da comissão de julgamento, bem como pelos proponentes ou seus representantes legais.

6.9 - Serão consideradas inabilitados os proponentes que não atenderem as exigências do Edital ou não preencherem os requisitos exigidos no item 05.

6.10 - Se todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas que ensejaram a inabilitação.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

6.11 - O concorrente considerado inabilitado, caso o mesmo entenda ser necessário, terá um prazo para recurso e o envelope da proposta ficará retido nos autos até sua deliberação.

6.12 - Os envelopes das PROPOSTAS dos licitantes habilitados serão abertos na sequência no mesmo local, pela Comissão de Licitação, desde que haja **renúncia de TODOS os proponentes de interposição de recurso com relação a habilitação ou inabilitação**, mediante assinatura em termo de renúncia. Não ocorrendo a aceitabilidade de **TODOS os participantes** a data de abertura das propostas de preço será determinada em ata ou em caso de recurso, será após seu julgamento.

6.13 - Cada proposta será analisada de acordo com os requisitos constantes do presente Edital e da Lei 8.666/93, desclassificando-se as propostas inabilitadas, tudo registrado em ata.

6.14 - As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da comissão permanente de licitações, bem como pelos licitantes presentes, sendo procedida a leitura dos preços e condições oferecidas.

6.15 - Após será efetuado o julgamento e classificação das propostas consideradas habilitadas de acordo com os critérios de avaliação constantes no presente Edital e, posteriormente a autoridade competente deliberará quanto à homologação.

6.16 - Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a Comissão divulgará o resultado posteriormente.

6.17 - Não será admitida, sob pretexto algum, a modificação ou substituição das propostas de preços ou de qualquer documento após prazo regular.

7 - DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

7.1- Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, de acordo com o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observado o disposto nos subitens 5.5, 5.6 e 5.7 deste Edital.

7.2 - A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, de acordo com o disposto nos subitens 5.5, 5.6 e 5.7, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.1 - Para efeito de comprovação da regularidade fiscal, deverá ser observado o seguinte:

7.2.1.1 - **Quanto a comprovação de regularidade fiscal, deverá ser feita no ato da verificação da documentação de habilitação.**

7.2.1.2 - **Assim, diante do exposto no item 7.2.1.1, esta comissão sempre que houver a apresentação de algum documento com restrição (regularidade Fiscal) aguardará o prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser renovado por igual período, mediante requerimento, durante a fase de habilitação, independentemente qual seja a modalidade de licitação, entendemos, que assim estamos concedendo um tratamento diferenciado atendo a lei complementar 123/2006.**



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

7.3 - O(s) Licitante(s) que intencionalmente, embaraçar(em), retardar(em) a entrega de documentos/Certidões ou qualquer outra ação que venha causar prejuízo para o Poder Público, responderá(ão) a Processo Administrativo de SANÇÃO DE EMPRESAS nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, bem como previsto no Decreto Municipal nº 44/2021.

8 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

8.1.1 - declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tenha restabelecido sua idoneidade.

8.1.2 - com falência decretada.

8.1.3 - consorciada.

8.1.4 - E demais condições impostas por lei.

9 - DO PRAZO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 - O prazo para a execução da obra será, conforme prazo estipulado no termo de referência.

9.2 - A não entrega da obra dentro do prazo do item 9.1, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas. Salvo situação não prevista e devidamente comprovado e aceito pelo Município.

9.3 - Concluída a obra, a licitante vencedora deverá solicitar o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, paralelamente deverá a empresa requerer junto ao **INSS** a respectiva **CND** da obra para apresentação ao Município. Para a solicitação do Termo de Recebimento Provisório a obra deve estar totalmente limpa e sem entulhos sendo retirado todo excesso de areia do piso, a cobertura e a revisão de cobertura deverão garantir a estanqueidade; os excessos de argamassa porventura existentes na alvenaria devem ser retirados e limpos; todas as instalações deverão estar devidamente testadas e em funcionamento.

9.4 - Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da emissão do Termo Provisório a licitante deverá solicitar o "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", sendo que os serviços devem atender as especificações e as possíveis correções solicitadas na vistoria de emissão do Termo Provisório.

9.5 - A CONTRATADA é responsável pela implementação dos procedimentos relacionados à segurança do trabalho, incluindo entrega de todos os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários e realização dos treinamentos de acordo com as Normas Regulamentadoras pertinentes. Os EPIs devem possuir CA (Certificado de Aprovação) válido e estar em estado de conservação apropriado para uso.

9.6 - Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nas obras e serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nas especificações, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todos os materiais, peças, etc. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas, não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços adicionais à proposta apresentada no processo licitatório. Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pelo licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos custos dos itens do orçamento pelo mesmo.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

10 - DOS PAGAMENTOS

10.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após cada emissão do boletim de medição, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, onde deverá constar o número do Processo Licitatório, Tomada de Preço, Contrato Administrativo ou Autorização de Fornecimento que se refere, demais condições do termo de referência.

10.2 - Anexar na nota fiscal o boletim de medição. O Boletim de Medição emitido pelo Município deverá ser assinado pelo Fiscal do Contrato e pelo responsável técnico apresentado pela licitante vencedora.

10.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Rio das Antas com indicação do CNPJ específico, nº 83.074.294/0001-23.

10.4 - Favor enviar as notas fiscais para os e-mails: compras@riodasantas.sc.gov.br e projetos@riodasantas.sc.gov.br

10.5 - Não haverá reajuste no valor do contrato, salvo situação não prevista.

11 - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto desta Licitação, a qualquer hora.

11.1.1 - Para cumprimento do disposto no art. 67, § 1º e § 2º da Lei de Licitações, **será designado a servidor Gustavo Olinquevicz (engenheiro) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato (obra).**

11.1.2 - O fiscal de contrato acompanhar e fiscalizar a perfeita execução futuro contrato, devendo verificar se a obra atende a todas as especificações e demais requisitos exigidos no presente edital e seus anexos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal (emitir o boletim de medição), e participar de todos os atos que se fizerem necessários.

11.1.3 - Tal representante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.1.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.2 - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1 - Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão de Licitação somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, no prazo da Lei, e protocolado no setor de protocolo na Prefeitura Municipal.

12.2 - Somente será objeto de apreciação recursos/impugnações previstos na Lei 8.666/93, quando devidamente protocolados no Setor de Protocolo do Município, no horário das 07h00min às 13h00min, ressaltando que serão aceitos recursos/impugnações por meio eletrônico (e-mail).



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1 - Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data designada para julgamento do presente processo, conforme dispõe o Art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 - Será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de e-mail, desde que este apresente fundamentação e esteja dentro dos prazos legais.

13.2 - Caberá a autoridade competente decidir sobre a Impugnação interposta.

13.3 - Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Tomada de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

14.2 - Conforme estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

14.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

14.4 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar, bem como a execução do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato e demais condições do Termo de referência;

14.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.7 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

14.8 - As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.9 - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

15 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - O Contrato poderá ser rescindido nos caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

16.1 - O critério para julgamento das propostas apresentadas nos termos do presente Edital será o de **MENOR PREÇO - GLOBAL (MATERIAL, MÃO DE OBRA, PROJETO)**.

16.2 - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico na interpretação do presente Edital serão atendidos no Paço Municipal, no telefone (49) 3564-0125, no horário de expediente, ou seja, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

16.3 - Faz parte integrante do presente Edital:

16.3.1 - Minuta de Contrato (anexo I);

16.3.2 - Formulário Proposta de preços (anexo II);

16.3.3 - Modelo de Atestado de Visita Técnica anexo III "A" ou III "B";

16.3.4 - Recibo de retirada do edital, anexo IV;

16.3.5 - Termo de Referência, Memorial descritivo e Projetos, **no site**;

16.4 - O Município se reserva o direito de revogar o presente Edital por conveniência administrativa, não cabendo qualquer tipo de indenização aos proponentes.

16.5 - Para os casos omissos e no que couber aplicar-se-á o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, e normas e princípios gerais de direito administrativo aplicável.

16.6 - A empresa Homologada fica vinculada ao cumprimento das obrigações contidas na sua proposta.

17 - DO FORO:

17.1 - Todas as dúvidas ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão, administrativamente, ou no foro da Comarca de Caçador, SC, se for o caso.

Rio das Antas/SC, 18 de Novembro de 2022.

João Carlos Munaretto
Prefeito Municipal



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

(Poderá ser readequado pelo Município, conforme a necessidade, para melhor execução do Contrato).

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° ___/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua do Comércio, 780, em Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ n° 83.074.294/0001-23, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Munaretto, brasileiro, residente e domiciliado em Rio das Antas (SC), daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado;

CONTRATADA: EMPRESA VENCEDORA, PESSOA JURÍDICA...

Em conformidade com o processo de licitação 0107/2022 na modalidade Tomada de Preços n° 0013/2022 - PMRA, iniciado em 23 de Junho de 2022 e homologado em data de ___ de _____ de 2022, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO DE ETE-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora as custas com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's), exigidos para a execução dos serviços referente à obra (mão de obra), bem como as ART's ou RRT's Complementares, caso seja necessário.

CLÁUSULA 2ª: PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O Município pagará a empresa contratada o valor de R\$ ().

2.2 - Não haverá reajuste no valor do contrato.

CLÁUSULA 3ª: FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos far-se-ão por meio de crédito em conta corrente bancária da CONTRATADA, conforme liberação do fiscal do contrato o qual fornecerá o Boletim de Medição para a CONTRATADA emitir a Nota Fiscal.

CLÁUSULA 4ª: PRAZO DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a emissão do boletim de medição, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, onde deverá constar o número do Processo Licitatório, Tomada de Preço, Contrato Administrativo ou Autorização de Fornecimento que se refere.

4.2 - Anexar na nota fiscal o boletim de medição. O Boletim de Medição emitido pelo Município deverá ser assinado pelo Fiscal do Contrato e pelo responsável técnico apresentado pela licitante vencedora.

4.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Rio das Antas com indicação do CNPJ específico, n° 83.074.294/0001-23.

4.4 - Favor enviar as notas fiscais para os e-mails: compras@riodasantas.sc.gov.br e projetos@riodasantas.sc.gov.br



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

CLÁUSULA 5ª: EXECUÇÃO

5.1 - A obra deverá ser executada rigorosamente conforme Projetos, Termo de referência e demais condições estabelecidas no presente termo e demais normas vigentes.

5.2 - A não entrega da obra dentro do prazo, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

5.3 - Concluída a obra, a licitante vencedora deverá solicitar o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, paralelamente deverá a empresa requerer junto ao **INSS** o respectivo CND da obra. Para a solicitação do Termo de Recebimento Provisório a obra deve estar totalmente limpa e sem entulhos sendo retirado todo excesso de areia do piso, a cobertura e a revisão de cobertura deverão garantir a estanqueidade; os excessos de argamassa porventura existentes na alvenaria devem ser retirados e limpos; todas as instalações deverão estar devidamente testadas e em funcionamento.

5.4 - Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da emissão do Termo Provisório a licitante deverá solicitar o "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", sendo que os serviços devem atender as especificações e as possíveis correções solicitadas na vistoria de emissão do Termo Provisório.

CLÁUSULA 6ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 - O prazo de vigência e execução do Contrato será CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE CADA OBRA.

CLÁUSULA 7ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

7.1 - As despesas com a obra, o objeto do presente contrato, estarão garantidos através das dotações orçamentárias: Conforme descrito no processo.

CLÁUSULA 8ª: DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto desta Licitação, a qualquer hora.

8.1.1 - Para cumprimento do disposto no art. 67, § 1º e § 2º da Lei de Licitações, será designado servidor (ENGENHEIRO), para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

8.1.2 - O fiscal de contrato acompanhar e fiscalizar a perfeita execução futuro contrato, devendo verificar se a obra atende a todas as especificações e demais requisitos exigidos no presente edital e seus anexos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal (emitir o boletim de medição), e participar de todos os atos que se fizerem necessários.

8.1.3 - Tal representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.1.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

8.2 - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA 9ª: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Tomada de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

9.2 - De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

9.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

9.4 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.7 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

9.8 - As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.9 - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 10ª: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 - O Contrato poderá ser rescindido nos caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 11ª: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DOTAÇÃO

11.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0107/2022 - PMRA na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 0013/2022-PMRA, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DOTAÇÃO:

Código Dotação	- Descrição
Referência	322
Elemento	344905191 - Obras em andamento

Conta CEF Nº 671072-5 - Vínculo 183 (Operação de Crédito Internas-Outros Programas)

CLÁUSULA 12ª: BASE LEGAL.

12.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 13ª: FORO DE ELEIÇÃO

13.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Caçador, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

13.2 - E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio das Antas, ___ de _____ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRADADA

Testemunhas:



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas

de:

Processo Licitatório nº 0107/2022 - PMRA**Tomada de Preço nº 0013/2022 - PMRA****"PROPOSTA DE PREÇO"****• IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____ Estado: _____
CEP: _____ Fone: _____ E-mail: _____
CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____
Nome do responsável: _____ Fone: _____
CPF: _____ Identidade: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA: Prazo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, (prazo mínimo: **vide item 5.14 do Edital**).

3. PRAZO: O prazo para a execução da obra será conforme cronograma físico financeiro.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias após a liquidação da despesa, mediante a apresentação da nota fiscal. Em anexo a nota fiscal deverá estar o boletim de medição.

5. DECLARAÇÃO: Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta de preço estão inclusos todos os impostos, taxas, seguros e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, referente à execução do referido objeto.

6. OBJETO DA PROPOSTA:

1.1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para **FORNECIMENTO DE ETE- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO** para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor total
1	1	Material e Mão de Obra - Projeto "Global"	Contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO DE ETE- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.	R\$ _____

Valor Total da proposta de Preço: xxxxxxxx (_____)

Material.....: R\$ _____

**MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS**

Pág 18 / 21

CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cida Rio das Antas
de:

Mão de Obra.....: R\$ _____
BDI (Benefício e Despesas Indiretas):

DADOS BANCÁRIOS (facultativo)

Nome do Banco: _____

N° da Agência: _____

N° da Conta Corrente: _____

LOCAL: _____

DATA: _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

OBS.: Anexar nesta proposta, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

A planilha apresentada será submetida a análise do engenheiro do Município, pós licitação, constatado irregularidade com relação ao valor global ofertado, o proponente será convocado para correção.



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas
de:**VISITA TÉCNICA****Processo Licitatório nº 0107/2022 - PMRA****Tomada de Preço nº 0013/2022 - PMRA**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO DE ETE-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Atestamos para os devidos fins e efeitos a quem possa interessar que a empresa _____ CNPJ _____ nesta ato representado pelo Sr(a) _____ CPF _____, juntamente com a engenheira do Município de Rio das Antas, no dia ____/____/2022, vistoriaram o local onde será executada a obra, conforme objeto acima, **ATESTANDO** que não há nenhuma dúvida com relação ao local, bem como as condições do terreno para a execução, assumindo, qualquer despesa que venha a ser identificada para a conclusão da mesma.

Sem mais para o momento,

Passo e assino o presente termo, conjuntamente com a representante do Município.

Atenciosamente,

Rio das Antas (SC), ____ de _____ 2022

Representante legal da empresa
Representante da Empresa

Gustavo Olinquevicz, matricula nº 6201
Engenheiro Civil
Prefeitura de Rio das Antas



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas
de:**D E C L A R A Ç Ã O de V I S I T A****Processo Licitatório nº 0107/2022 - PMRA****Tomada de Preço nº 0013/2022 - PMRA**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **FORNECIMENTO DE ETE-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO** para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

DECLARAMOS para os devidos fins e efeitos a quem possa interessar que a empresa _____ CNPJ _____ nesta ato representado pelo Sr(a) _____ CPF _____, **POSSUO PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL ONDE SERÁ EXECUTADA A OBRA**, conforme objeto acima em que apresentei proposta de preço, declarando que não há nenhuma dúvida com relação ao local, bem como as condições do terreno para a execução, assumindo, qualquer despesa que venha a ser identificada para a conclusão da mesma.

Sem mais para o momento,

Passo e assino o presente termo.

Atenciosamente,

“Município”, ____ de _____ 2022

Representante legal da empresa
Representante da Empresa

Obs.: "A presente declaração deverá estar assinada com firma reconhecida em cartório ou assinada digitalmente, ou ainda, poderá ser assinada na presença do Presidente da Comissão para Certificação".



CNPJ:

Endereço: Rua do Comércio - 780

Telefone: (00) 493564-0125

CEP: 89.550-000

Cidade: Rio das Antas
de:

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0107/2022- PMRA
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 0013/2022 - PMRA

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

1.1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO DE ETE- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA, DESCENTRALIZADA COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO para tratamento de efluentes domésticos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

R E C I B O

A Empresa _____, inscrita no CNPJ
_____ retirou este Edital de licitação e deseja
ser informada de qualquer alteração pelo e-mail
_____, ou fone _____,
ou endereço: _____ CEP _____.

(Assinatura)

Local e data: _____

Favor preencher e enviar o recibo para o e-mail:
licita@riodasantas.sc.gov.br.

A não remessa do recibo preenchido, exime o responsável pela emissão do edital a comunicar eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.